**1º Ensaio Semestral –**

**BRI0001 – Temas e Práticas em Relações Internacionais**

**Professores: Pedro Dallari, Jacques Marcovitch e Carlos da Silva**

 

**Aluno: Gabriel Guimarães Marini – FEA/USP - 9321940**

**São Paulo, 4 de outubro de 2018**

**Gabriel Guimarães Marini – FEA/USP – 9321940**

**Ensaio TPRI – 1ª metade – 2º Semestre de 2018**

**Introdução**

 O presente ensaio é fruto de minhas reminiscências e análises das palestras proferidas na primeira metade disciplina Temas e Práticas em Relações Internacionais. As quatro primeiras aulas versaram sobre tópicos instrumentais e teóricos – a saber, o Brasil perante seus desafios Globais, Origens e Características das Organizações Internacionais, Tendências Geopolíticas e Perspectivas sobre o Direito Internacional-, que servem como farol na iluminação das palestras realizadas na sequência. Estas foram proferidas por praticantes e especialistas nas seguintes questões globais de suma importância: Fronteiras da Ciência, Refugiados no Mundo e Investimento Direto no Brasil. As próximas sete páginas refletem, portanto, minhas experiências dialógicas pessoais com o conteúdo das aulas, com os textos indicados e com a realidade internacional, e são temperadas pelas minhas intuições e reflexões.

**Aula de 9/8: O Brasil no Futuro do Mundo**

 Com seu realismo construtivo, o professor Jacques Marcovitch abriu o ciclo de palestras parametrizando o tom que permearia o resto do curso. Sua exposição girou em torno de indagações sobre o espaço do Brasil no Mundo do Futuro, explicitando as tendências e os riscos globais que o País enfrentará.

 Tendência é a direção para a qual um sistema se move. Atualmente, há uma tendência populacional óbvia, como vemos na pressão migratória de africanos em direção à Europa. A alteração das matrizes energéticas, a evolução tecnológica e comunicacional, assim como as mudanças climáticas, são outras tendências importantes. A todas elas estão atrelados riscos dos mais diversos, sejam eles mais visíveis, como os econômicos, ligados à crise representativa e à guinada antiliberal no cenário internacional, sejam eles geopolíticos, advindos de conflitos distantes dos grandes centros. O fato é que os brasileiros terão que preparar o País para que ele possa fazer valer as oportunidades de crescimentos advindas das revoluções digital, mecânica e biológica, juntamente com o legado da Revolução Industrial, que asfaltam a estrada para o futuro.

 Dentre os grandes desafios, a educação, aliada à tecnologia, a segurança sanitária e alimentar, são tópicos de importância superior. O risco de déficit populacional futuro é tão importante quanto o problema de falta de moderação política que vemos, na prática, na atual corrida eleitoral. O Brasil tem um importante compromisso firmado nos Acordos de Paris, em especial sobre a alteração de nossa matriz energética e sobre o uso de terras para pecuária, assim como o cuidado com a Amazônia, cujo cumprimento está em jogo. Como o próprio professor assinala em texto publicado em *Estudos Avançados*, é importantíssimo que as instituições da sociedade civil, inclusive a universidade- foco primordial de investimentos de países precavidos-, se tornem protagonistas para tirar a política de seus descaminhos (MARCOVITCH, 2018). Sem a consciência dos riscos, um reposicionamento organizacional contínuo, a capacidade de inovação e um Estado Estratégico, nós teremos de arcar com o ônus da inação, como sentimos na pele com o incêndio do Museu Nacional, que fora citado em aula ao lado do Museu do Futuro como uma instituição importantíssima para nosso autoconhecimento e para o nosso progresso.

 Por fim, alguns pensamentos de pioneiros e *makers* foram destacados. Constrói-se o futuro fazendo da adversidade um patrimônio da vida, indo de encontro ao outro para vivenciar o entorno na plenitude. O conhecimento do próximo deve ser valorizado e devemos trilhar um caminho próprio pela via da razão, sem nunca desprezar a intuição, integrando rigor socioeconômico, ambiental e multicultural. A riqueza deve ser um meio para viabilizar sonhos, enquanto devemos exercer autocontrole, harmonizando resultados a valores, construindo o futuro enquanto se ama o destino. Somos, no final das contas, todos imigrantes. Levamos na mala nossos valores, competências, recursos, relacionamentos e algum espaço vazio, que será preenchido pelas nossas experiências e aprendizagens na longa caminhada.

**Aula de 16/08: Origens e Características das Organizações Internacionais**

 Apesar da hipótese historicamente forçada que defende as Ligas Gregas como as pioneiras Organizações Internacionais- quando eram de fato meros acordos militares para defesa mútua-, nesta sua primeira aula no curso, o professor Pedro Dallari, do IRI, delimita a Sociedade das Nações como a entidade precursora de fato do modelo. O especialista em Direito Internacional demarcou as fontes, os formatos tradicionais e as motivações subjacentes às Organizações Internacionais (doravante, *OIs*) como as conhecemos atualmente.

 A existência dessas entidades tem alguns pressupostos sociológicos. Os mais gritantes giram em torno da globalização, que trouxe à tona uma maior interação entre as nações. Demandas por ordenamentos jurídicos e regras internacionais, assim como por políticas públicas de caráter global, impulsionaram a criação de tais entes organizacionais.

 O tipo mais “puro” seria a *OI* de fato, que, não possuindo uma nacionalidade, é dotada de personalidade jurídica internacional, e é formada ou por Estados-Nação ou por outras *OIs*, sendo constituída por meio de tratados. Há ainda outros dois tipos de entidades internacionais: i- As Organizações Não-Governamentais Internacionais, que, apesar da atuação e importância global, não são juridicamente supranacionais, tendo de respeitar regras locais e; ii-Empresas Internacionais, entidades movidas pelo lucro que respeitam vínculos societários e acionários entre controladoras e controladas, mas que, ainda assim, possuem nacionalidade.

 Deve-se, também, ter em mente que as *OIs* têm diferenças em termos geográficos – algumas são realmente globais, outras têm interesses mais voltados às regionalidades -, assim como em termos de objetivo – várias delas são temáticas. Algumas são organizações *stand alone*, enquanto outras são órgãos de entidades superiores. Há, é claro, casos especiais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha que, apesar de ser uma ONG Internacional, equipara-se, na prática, a uma OI. Outra instituição peculiar é o Vaticano, um Estado dentro de um Estado, com embaixadas - os nunciatos apostólicos- espalhadas pelo mundo.

 Após o *round* de questões, cujo ápice foram as minúcias detalhadas sobre a ONU e seu funcionamento, o prof. Dallari fez um alerta: há uma visão idealista que julga que as *OIs* devem formar as bases para um governo global, o que é uma utopia sem cabimentos, já que as nações não vão desaparecer. Críticas aos entes tratados nesta aula, desde o pós- Guerra Fria, foram levantadas pelo viés da eficiência, efetividade e da burocracia, mas a importância dos problemas globais as mantém em transformação e em debate (HERZ e HOFFMAN, 2004).

**Aula de 23/08: Geopolítica: Tendências e Perspectivas**

 Carlos Eduardo Lins da Silva, experiente jornalista e professor do IRI, esboçou um panorama sobre as tendências geopolíticas na atualidade, tratando, em especial do presidente Donald J. Trump por uma ótica dupla: a de um evento político parido pela conjuntura social e histórica de uma América em declínio, tanto interna quanto externamente, e a de um tigre de papel, um falastrão que não consegue atingir resultados positivos palpáveis, apenas disseminando a incerteza.

 A ordem geopolítica bipolar da Guerra Fria, em especial após a produção da bomba nuclear soviética, foi suficientemente estável. O panorama internacional de convivência entre os polos capitalista e socialista sobreviveu eficientemente entre 1945 e 1989. Com a queda do muro de Berlim, estabeleceu-se uma realidade unipolar nos assuntos globais, na qual o chamado Consenso de Washington ditou as regras até o declínio americano. O ataque às torres gêmeas e a outros alvos simbolicamente importantes, em 11 de setembro de 2001, marcou o início da derrocada, que seria consolidada com a crise financeira de 2008. Ampliou-se assim o espaço para a proeminência de outros atores no teatro mundial.

 Neste contexto, Trump foi eleito e, até agora, não entregou quase nada daquilo que prometeu. Contra seus antecessores, defensores de um programa baseado em valores, o atual presidente americano guia sua visão política por um olhar voltado à “cultura ocidental”, agradando à base eleitoral conservadora, o que faz com que a personagem alaranjada, na análise de da Silva, possa ser comparada ao autoritário presidente turco Tayyip Erdogan. O final da hegemonia americana anda em paralelo com o final da ordem de *Bretton Woods*. Viveremos, pois, em tempos mais bilaterais, nos quais os interesses econômicos nacionais serão colocados acima de tudo.

 Com o vácuo deixado por um EUA antigamente propositivo, Rússia e China surgem como importantes *players* internacionais. O país de Putin, por sua potência militar e geopolítica, dialoga tanto com árabes quanto com israelenses, com Irã e com Turquia. Já a China é atrevida economicamente, com seu projeto *Belt and Road*, e politicamente, tendo como zonas de influência de destaque a África, a América Latina e a Ásia.

 O momento para o Brasil é péssimo, tanto nacionalmente quanto pelo olhar externo, entretanto há uma aproximação possivelmente positiva à Aliança do Pacífico. O Mercosul, acostando-se à União Europeia, pode criar caminhos interessantes de diálogo econômico. Antigos aliados deixados de lado por Trump podem ser alternativas comerciais interessantes.

**Aula de 30/08: Tendências e Perspectivas no Direito Internacional**

 Em sua segunda preleção no curso, o professor Dallari apresentou sua visão sobre a tendência de integração e uniformização dos direitos nacionais em conformidade com paradigmas internacionais. Cabe ressaltar que a tese não é a única no mercado de ideias, e o momento de polarização e fragmentação política internacional seria uma fonte de críticas à posição.

 Teoricamente, o direito é um reflexo da ordem política local, o que fundamenta a visão localista que é majoritária no debate. Entretanto, conforme analisado no ensaio *The Integration of the Law In a Politically Fragmented World,* desde o século XX, há uma tendência de compatibilização dos códigos legais nacionais, tendo como pano de fundo a valorização dos Direitos humanos (DALLARI,2017).

 Em termos históricos, a ordem centrada nos Estados-Nação é recente: iniciada no final da Idade Média, ela atingiu seu ápice no período revolucionário entre os séculos XVII e XVIII. Norberto Bobbio delimita duas formas de soberania: i) interna, na qual o Estado é superior às instituições basilares, como igreja e família e; ii) externa, na qual o Estado não se submete a nenhum árbitro externo, derivada, historicamente, da Paz de Vestefália.

 Com as crises das duas Grandes Guerras Mundiais, instituições internacionais foram criadas para resolver os problemas criados pelo paradigma centrado em nações. A Liga das Nações, ainda centrada na soberania nacional de seus atores, não teve êxito pela ausência dos Estados Unidos. A experiência da Liga foi substituída, então, pela ONU, em vigor até hoje.

 O direito internacional, até o séc. XX basicamente limitado a questões fronteiriças, tornou-se um ordenamento global de regulações sobre a vida humana. Ele atua como um progressivo harmonizador de regras, seja por meio da dinâmica de tratados - nos quais os signatários se submetem a uma lei superior-, seja pela *soft law,* propagada pela influência de organizações internacionais, cujas diretivas de referência sobre assuntos específicos são de importância inegável em diversas searas das políticas públicas nacionais.

 A política, entretanto, enquanto disputa intestina entre grupos e divergências externas entre nações distintas, não deixou de existir. Os Estados, por assim dizer, pacificam e matizam essas regras globais para a aplicação interna.

**Aula de 13/9: Fronteiras da Ciência e seus Impactos**

Carlos Henrique de Bento Cruz, diretor científico da FAPESP, discursou sobre a evolução e os limites do conhecimento científico, tendo como pano de fundo três grandes temas de fronteira: a transformação digital, a biologia molecular e as mudanças climáticas globais.

 Numa divagação inicial, foram elencados vários assuntos que atiçaram a curiosidade científica. Pode-se dividi-los, numa simplificação, em: i-questões sobre o universo, como as relativas à sua gênese, composição e expansão; ii- sobre a vida, como a evolução dos seres, alimentação, a saúde, o meio ambiente, e, por fim; iii- indagações sobre a sociedade, cujos temas giram em torno das ciências sociais aplicadas e humanidades.

 O transístor, criado no final da década de 1940, foi o passo inicial para a transformação digital pela qual atravessamos. Muito transcorreu do semicondutor aos dias de hoje, quando a Inteligência Artificial domina o noticiário enquanto gera tantas possibilidades de aplicação quanto preocupações éticas. Contrariando o senso comum, o Brasil é forte na área: está em 16º no ranking de pesquisas sobre IA. Um exemplo interessante é um trabalho da casa (USP) que procura utilizar o método para diminuir os erros na extração de impressões digitais.

 A biologia molecular, filha dos estudos de Wattson e Crick que desvendaram o DNA, é outra seara que levanta muitas questões morais, apesar do óbvio progresso científico. Métodos de edição gênica, como o *CRISPR* e *Cas9*, popularizam-se rapidamente. Grandes instituições investem fortemente para a obtenção de patentes, culminando, em alguns casos, em disputas judiciais para que se decida a “paternidade” das criações. Há um importante envolvimento da Unicamp, do Embrapa e da FAPESP em pesquisas sobre edição genética de plantas, com vistas ao aumento da eficiência no agronegócio.

 O último tópico é talvez o mais politizado. As mudanças climáticas são pesquisadas desde 1827, quando Fourier descobriu o “efeito estufa”. De lá para cá, a teoria se comprovou de inúmeras maneiras, o que coloca o Brasil em uma posição importante: a Amazônia é o pulmão do mundo e sua preservação é importante globalmente. O pagamento de tributos ou multas, supranacionalmente, por conta da emissão de CO2 ainda é um dilema a ser debatido na esfera internacional. Cabe lembrar que a palestra de Carlos foi permeada pela opinião de *Abe* Flexner, que valorizava curiosidade do cientista ante o técnico ou inventos (FLEXNER,1939).

**Aula de 20/9: Refúgio no Mundo**

 A palestrante Thaís Menezes, do ACNUR, compartilhou conosco sua expertise sobre refúgio, tema de atualidade patente. Antes de delimitar os princípios que constroem a figura legal do refugiado, alguns apontamentos históricos foram realizados.

 Apesar da existência de refugiados antes da 1ª Guerra Mundial, cabe ressaltar a criação do Alto Comissariado para Refugiados Russos da Liga das Nações, em 1921 – com sua posterior expansão para outros povos – como um marco. A Comunicação relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, foi outro fato importante. Entretanto, incialmente limitado aos refugiados por conta dos conflitos na 2ª Guerra, suas posições foram ampliadas pelo Protocolo Relativo de 1967.

 Dadas as características de extraterritorialidade, remoção fundada pelo temor e a falha de proteção estatal em seu país de residência ou permanência anterior, a especialista listou uma série de princípios basilares que norteiam os direitos dos refugiados: direito de buscar e receber asilo; o princípio da não-devolução; acesso ao procedimento de refúgio; devido processo legal; a não penalização por ingresso ou presença irregular; permanência no território e, *last but not least*, a não-discriminação.

 Um rol de mitos foi quebrado: 85% dos refugiados estão alocados nos países em desenvolvimento, sendo que destes, 1/3 está nas nações menos desenvolvidas. 52% deles são crianças e 58% do total estão em áreas urbanas. Nunca o pedido de asilo foi tão grade como atualmente.

 A questão é tratada na América Latina pela declaração de Cartagena, de 1984, que amplia ainda mais o conceito de refugiado, e influenciou a normatização brasileira sobre o tema. A legislação tupiniquim, em suma, incorporou as diretrizes de 1984, reconhecendo também os direitos dos apátridas (Lei 9.474/97, que também instituiu o CONARE), além de inovar, com a autorização de residência por tempo indeterminado e pela oferta de naturalização dos sem pátria depois de dois anos em solo brasileiro (lei 13.445/17). Foi reconfortante e motivo de orgulho saber que, apesar de muitos desafios, nós adotamos boas práticas na recepção de refugiados, tais como a não-detenção e a oferta da carteira de trabalho.

**Aula de 27/09: Tendências econômicas e Investimento Direto no Brasil**

 Harry Poor, nos idos de 1860, criou relatórios analíticos sobre o desenvolvimento dos projetos ferroviários nos EUA, com o objetivo de “iluminar” os investidores europeus, convencendo-os a desembolsar capital em empreendimentos de risco, quantificando, relativamente, a probabilidade de *default*. Assim nasceu o *rating*, segundo Juliana Yokota, diretora da S&P Ratings - organização criada pelo empreendedor supracitado-, que discutiu, também, as tendências da economia nacional e os *green bonds.*

 Em 2015, em meio à deterioração fiscal, o Brasil perdeu o *investment grade*, caindo de BBB- para BB-. Até aquele ano, o investimento no país era canalizado, primordialmente, pelos bancos públicos, em especial pelo BNDES. A palestrante constatou, entretanto, que o cenário creditício era positivo, mesmo em momentos críticos, como durante a crise de 2008. Nossos bancos comerciais têm uma tendência à baixa alavancagem, em especial com pessoas físicas, o que, juntamente com um bom colchão de reservas em dólar, permitiu que o Brasil sofresse pouco com a maré externa negativa.

 Desde então, contudo, indicadores como o número de pedidos de falência e o aumento da renegociação de dívidas serviram como alerta para nossa situação complicada. A falta do *investment grade* limita muito o aporte estrangeiro. Se temos parceiros tradicionais no campo em questão, como os EUA, França e Espanha, países como a China, que estão aumentando suas posições em ativos brasileiros, atuam de maneira mais contida por conta da falta de segurança de um retorno estável.

 Um tema que deve ser levado em conta, neste cenário, é o investimento verde. Há uma demanda alta por parte de fundos por papeis atrelados a investimentos sustentáveis e ecologicamente corretos, o que deve ser visto como um desafio para o País, conforme comentário do professor Jacques Marcovitch após a palestra. A S&P já realiza *green evaluations* de projetos do tipo, levando em conta fatores como transparência, governança e mitigação dos problemas, pensando tanto na cadeia hídrica quanto na cadeia de carbono dos processos envolvidos. Há discussões sobre o que seria, de fato, um “investimento verde”. Contra os puristas, Yokota e a S&P defendem que mesmo ações que tenham por objetivo diminuir o impacto ambiental de processos naturalmente nocivos ao meio ambiente, como no caso de uma refinaria, deveriam ser julgados como ecologicamente positivos, mesmo que em um tom mais escuro numa escala de “50 tons de verde”.

**Conclusão**

A abertura a pessoas, textos e a temas tanto interessantes quanto atuais foi um marco, *so far*, em minha experiência na USP. Até então, o espaço para a reflexão sobre tendências, riscos e sobre o nosso futuro como brasileiros havia sido – perdoem-me pelo eufemismo – diminuto. Tendo em mente o conteúdo, duas inquietações se fizeram muito fortes em mim:

 i - O desenvolvimento da ordem internacional como conhecemos ocorreu sob o manto do predomínio norte-americano. Logo, um vácuo de liderança pode colocar as melhores práticas em relação a refugiados, ciências e investimentos estrangeiros e sustentáveis – foco das três últimas aulas do curso – em risco irremediável.

ii – O vazio citado, conforme análise do professor Carlos Eduardo, é um prato cheio para a ação chinesa e russa. Segundo o especialista, a precária posição brasileira pode nos obrigar a criar uma proximidade ainda maior à república chinesa. Pergunto-me, entretanto, se não é o caso de o Brasil tomar uma decisão de defesa de valores, sacrificando seus próprios interesses econômicos, para se distanciar do país totalitário, respaldando esta ação nos valores que sedimentavam as bases liberais do internacionalismo em seu auge.

 O Brasil tem, decerto, muitos desafios. A perspectiva de que somos todos imigrantes, sem dúvida, é uma poderosa ferramenta pessoal para a obtenção de resultados inteligentes. Resta saber se nós, brasileiros, teremos poder para participar da manutenção ou da reconstrução da ordem global, enquanto arquitetamos um futuro nacional independente e democrático.

Bibliografia

DALLARI, Pedro. The integration of the law in a politically fragmented world. In: VASCONCELLOS, Álvaro (org.). Euro-Atlântico: Espaço de Diálogos. Camina Grande, EDUFCG, 2017

FLEXNER, Abraham. The Usefulness of Useless Knowledge. Harpers, n. 179, junho/novembro de 1939

MARCOVITCH, Jaques. Como salvar a política? Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 92, jan./abr. 2018

HERZ, Mônica, HOFFMAN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais: história e práticas – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.